

Medidas Socioeducativas em meio aberto no Estado do Rio Grande do Sul: o desafio da municipalização.

A pesquisa busca identificar os desafios da municipalização do atendimento em meio aberto de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. O estudo propõe a realização de diagnóstico situacional dos serviços/programas em meio aberto em nove municípios do Estado analisando como se organizam em relação aos princípios estabelecidos pelo SINASE e à implementação da Política de Assistência Social através da Proteção Especial integrante do SUAS. Visa conhecer o perfil dos usuários e a estrutura e condições de atendimento. Como procedimentos de coleta de dados são utilizados a análise documental, entrevistas e questionário. São sujeitos da pesquisa Gestores dos Programas e suas equipes totalizando 18 gestores, os adolescentes que estão em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços Comunitários (PSC), totalizando 36 adolescentes. Também são sujeitos da pesquisa seis informantes-chaves do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), totalizando 54 informantes.

O estudo vem apontando para uma realidade de arranjos institucionais diversificados no que se refere à inserção dos Programas de Meio Aberto nas políticas públicas, havendo Programas Municipalizados no âmbito da proteção social especializada do SUAS e executados pelas Prefeituras e também aqueles executados por ONGs, sendo esse o caso dos municípios de Santo Ângelo e Santa Maria. Em relação ao perfil dos adolescentes, dos 25 entrevistados até o momento tem-se que: 36% têm entre 15 e 16 anos, 28% entre 17 e 18 anos, 20% entre 19 e 20 anos, 4% têm 22 anos e 12% não informaram a idade. Quanto ao ato infracional cometido: 24% lesão corporal, 16% tráfico de entorpecentes, 16% furto, 12% assalto a mão armada, 12% roubo de carro com vítimas, 8% posse de entorpecentes, 8% tráfico e porte de arma, 8% tentativa de homicídio, 4% estupro e 4% furto e receptação. Quanto às medidas executadas pelos adolescentes 57,57% cumprem PSC (prestação de serviços comunitários) e 42,42% cumprem LA (liberdade assistida).

Por meio das entrevistas com os operadores do SGD e dos gestores e suas equipes técnicas pode-se constatar uma falta de clareza, e até mesmo desconhecimento por parte de alguns sobre os princípios e normativas do SINASE, nem sempre havendo um reconhecimento dos adolescentes em conflito com a lei como sujeitos de direitos. Também evidenciou-se uma falta de clareza quanto aos objetivos das medidas sócio-educativas e ao mesmo tempo, da importância da promoção ao acesso às políticas públicas como parte do atendimento, visando a garantia de direitos humanos dos adolescentes e suas famílias. Os adolescentes expressam uma experiência contraditória com os programas de atendimento e com as medidas em meio aberto: ao mesmo tempo em que são identificadas experiências positivas associadas à construção de vínculos com orientadores e à re-significação de experiências sociais através de vivências grupais, também se percebe vivências em que as medidas em meio aberto são experimentadas como penas e restam esvaziadas em seu sentido socioeducativo.